



MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

///Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.360.585

Prezados Acionistas

A Administração da Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados financeiros são informados de forma individual, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Two Square Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), antiga Sterlite Brazil Participações S.A., cujas acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited. e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia

Destacamos os principais indicadores o	de desempenho do perí
R\$ Mil	4T24
Lucro Bruto	64.953
Receita operacional bruta	118.620
Margem Operacional	37,10%
Receita operacional líquida	110.142
Custos e Despesas	(66.133)
EBITDA	44.009
Margem EBITDA	39,96%
Prejuízo do exercício	(19.598)
•	, ,

rí	odo.	
I	Dívida Líquida (R\$ Mil)	4T24
	Curto Prazo	19.834
	Longo Prazo	693.660
	Endividamento Total	713.494
	(–) Caixa e Aplicações	(21.092)
	(=) Dívida Líquida	692.402
	Índice de Endividamento Geral (R\$ Mil)	4T24
	Passivo Total	1.040.766

atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva, formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos.

A Companhia possui sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles

internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes internos, buscariot, cada vez mais, a segurança e transparencia nas informa de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo. Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo TS Transmissions no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos. Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações

fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho. Considerações Finais Ao longo de 2024, a Companhia manteve seu compromisso com a excelência operacional, garantindo eficiência e segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Sociedade reforça sua missão de contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e gerar valor para seus acionistas. São Paulo, 03 de abril de 2025

A Administração

Prejuízo do exercício





(10.043)

(19.598)

BALANCO PATRIMONIAL

Ativo Total

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais

31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhar	es de reals)						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/202
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
	_		05.004	Fornecedores	10	24.078	119.25
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.092	85.391	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	19.834	11.55
Concessionárias e permissionárias	7	9.897	10.697	Salários e encargos sociais		114	3.155
Ativo da concessão	9	96.278	93.638	Tributos e contribuições sociais		927	1.156
Tributos e contribuições a compensar		3.589	2.142	Imposto de renda e contribuição social		4 4 5 0	14
Prêmio de seguro		891	1.325	Encargos setoriais Dividendos a pagar		1.152 1.055	368 1.055
Adjantamentos a fornecedores	8	57	4	PIS e COFINS diferidos	13	8.906	8.925
	-	57		Outros passivos	13	507	0.320
Partes relacionadas	12	_	30	Total do passivo circulante		56.573	145.484
Outros ativos		453		Não circulante		00.070	110.10
Total do ativo circulante		132.257	193.227	Fornecedores	10	105.000	-
Não circulante				Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	693.660	696.724
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	51.915	61.476
Caixa restrito	6	30.681		PIS e COFINS diferidos	13	109.883	111.767
	-			Provisão para contingências	15	23.735	16.599
Ativo da concessão	9	1.187.929	1.172.581	Total do passivo não circulante		984.193	886.566
Prêmio de seguro		_	183	Patrimônio líquido			
Adiantamentos a fornecedores	8	9.718	5.476	Capital social		239.143	239.143
Total do ativo não circulante		1.228.328	1.178.240	Reservas de lucros		80.676	100.274
Total do ativo				Total do patrimônio líquido		319.819	339.417
וסומו עס מנוייס		1.360.585	1.371.467	Total do passivo e patrimônio líquido		1.360.585	1.371.467
	As notas	explicativas s	ão parte integ	grante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239.143	5.588	104.729	_	349.460	120	349.580
Estorno adiantamento para futuro aumento de capital	_	_	_	_	_	(120)	(120)
Prejuízo do exercício	_	_	_	(10.043)	(10.043)	_	(10.043)
Absorção de prejuízos acumulados	_	_	(10.043)	10.043	_	_	_
Saldos em 31 de dezembro de 2023	239.143	5.588	94.686		339.417		339.417
Prejuízo do exercício	_	_		(19.598)	(19.598)	_	(19.598)
Absorção de prejuízos acumulados		_	(19.598)	19.598		_	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	239.143	5.588	75.088		319.819		319.819
As notas explicativ	as são parte in	tegrante da	ıs demonstraçõ	es financeiras			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



1.1. Objeto social: A Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Marituba"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. A Companhia tem sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Two Square Transmission Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Trasmission"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A. 1.2. Da Concessão: Em 28 de junho de 2018, o Grupo TS Transmission sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão nº 26/2018 foi assinado em 21 de setembro 2018, tem duração de 30 anos a partir da data da assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto s seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Pará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações Tucuruí e Marituba, em circuito simples, com extensão aproximada de 373 km; (ii) Entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. 1.3. Receita Anual Permitida - RAP: O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$61.630 (R\$85.659 ajustado pelo IPCA ciclo 2024-2025) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. 1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria

Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram ela boradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Socieda-des por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado

exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 3 de abril de 2025. **2.2. Continuidade operacional:** Conforme destacado na Nota 11, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura e/ou contratos dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Contudo, a Administração prevê a necessidade de convocação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") para obtenção de waiver em função do não complemento da Conta Reserva Debenturistas exigido até o início de abril de 2025. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 11. É importante destacar que a Companhia está operacional e foi estruturada de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente à sua operação. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Companhia são suficientes e estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dividas e obrigações. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissions Participações S.A. poderá refletir na Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de outra incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparacão das demonstrações financeiras requer que a administração faca julgamentos vado destinativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despe sas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Es-ses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais aiustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 9). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretacão de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas caavalla o montento de recomineamento dos ativos adas concessões com pase has ca racterísticas econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e imple mentar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da fraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota 31/12/2024 31/12/2023 9.353 196.785 Receita de infraestrutura e operação e manutenção Receita de ilmassitula e operação e mander Receita de remuneração do ativo de concessão Receita operacional líquida 100.789 110.142 (231.523)Custo de implementação de infraestrutura (41.362)Custo de operação e manutenção (3.827 Lucro bruto 47.720 (23.601) Despesas gerais e administrativas (15.784) Outras receitas/(despesas)

Lucro antes do resultado financeiro (5.160 25.900 3.821 Receitas financeiras Despesas financeiras (35.681) (31.860) Resultado financeiro Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Imposto de renda e contribuição social diferido (28.491)(4.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais) 31/12/2024 31/12/2023 Prejuízo do exercício (19.598)(10.043)(19.598) (10.043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

31/12/2024 31/12/2023 Atividades operacionais Prejuízo o antes dos impostos de renda e (28.491)(5.960)Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais PIS e COFINS diferidos (1.5 (1.903)Provisão para contingências 7.136 16.599 Apropriação de custos de captação de debêntures Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures 28.115 Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures 8.477 28.162 (Aumento) diminuição nos ativos operacionais Concessionárias e permissionárias Ativo de concessão 800 (10.697) 73.433) 12.251 (17.988) (4.295)Adiantamentos a fornecedores Impostos e contribuições a compensar Prêmio de seguro (1.447 Partes relacionadas (30)(453)Aumento (diminuição) nos passivos operacionais 9.821 39.112 Fornecedores Tributos e contribuições sociais Encargos setoriais (2.571) 368 (3.041)Salários e encargos sociais 1.916 Partes relacionadas 507 Pagamento de imposto de renda e contribuição social (14)Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades **24.350** (139.333) Atividades de financiamento Aumento de capital Estorno de adiantamento para futuro aumento de capital (30.681)Caixa restrito Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures 142.161 (10.284)financiamentos e debêntures (2.687)Amortização de juros de empréstimos, financiamentos (37.461)Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 85.391 122.831 Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro

taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9.44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe contrato, 5,44 %. Essa taxa entendra as caracteristatas de decidio da parte que recove financiamento no contrato, bem como qualquer garantía ou garantía fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do infi cio de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. <u>Determinação das receitas de implementa-ção da infraestrutura</u>: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos servicos via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a conces sionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua 🔫



Economia & Negócios





MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

///Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a presta-ção dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão

Políticas contábeis materiais 3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) Classificação e mensuração: Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resulta-dos abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das carac-A classificação dos ativos initalicentos in recominento initad depende das carac-terísticas dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: Ativos financeiros ao valor usto por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Sativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado*: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclu-sivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) Reducão ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment): Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) Baixa de ativos financeiros: A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separa-do. b) <u>Passivos financeiros</u>: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo emprés-timos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.3. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraes trutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraes-trutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos servicos públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O con-cessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: alivos da Colicessa e a serviços de operação e mantiera infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluida mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato nte. O ativo contratual se origina na medida em que a concessi faz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraes trutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financei ro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 9). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a con traprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que represen ta o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada du rante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somen-te a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com relacionadas a tormação deste ativo atraves dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. 3.4. Demais ativos circulativos diferidos" no passivo não circulante. lantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. 3.5. Passivos circulantes e não circulantes: Um

assivo é reconhecido no balanco quando a Companhia possui uma obrigação legal passivo e recumerator no analyc quarioto a companina possion una constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos corresponden tes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obriga-tório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. 3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor vas. I ata d'exclude l'activité a l'ouve à notive à l'entre de l'exception de l'e contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classifi cadas nos seguintes grupos: a) <u>Receita de infraestrutura</u>: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou nega-tivas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) <u>Remuneração dos ativos de concessão</u>: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.10. Despesas operacionais: As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** <u>Correntes</u>: A Companhia adota regime tributário do lucro real para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutencia. Portanto, a adição ao lucro contabil de despesas temporariamente não dedu-tíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. <u>Diferidos</u>: Impostos diferi-dos ativos e passivos são mensurados pelas alfquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. 3.12. Impostos sobre a receita: a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre serviços de exceto quando quando os impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre serviços quando vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. 3.13. Despesas e receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado atra-vés do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades

Novas normas e interpretações

de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações Acordos de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS7, 4.2. Normas emitidas ou alteradas. nas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - As alterações vigoram para relatórios

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituições financeiras BASA - Banco da Amazônia, prioritário Debêntures

Instituições financeiras BASA - Banco da Amazônia, prioritário Debêntures A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíve

 Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025; e • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Caixa e equivalentes de caixa

iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; • IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - As alterações vigoram para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; • Alterações ao CPC 18 (R3)

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	16.166	5.130
Aplicações financeiras	4.926	80.261
	21.092	85.391

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo 98% a 101% em 2024 e 2023, cuja rentabilidade foi de R\$ 6.273 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.821 em 31 de dezembro de 2023).



Caixa restrito

31/12/2024 Aplicações financeiras (caixa restrito) 30.681

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 98% e 101% em 2024. Aplicações cons tituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 11.

Concessionárias e permissionárias

Concessionárias e permissionárias 9.897 10.697

A Companhia entrou 100% em operação comercial em 05 de julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15.5.25 dias confectiones de 15.5.25 dia médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. No exercício findo 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 653 como perdas, sobre títulos faturados e vencidos a mais de 180 dias por falta de expectativas de recebimentos e impossibilidade de cobertura por parte da ONS - Operador Nacional do Sistema. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

8 Adjantamentos de fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento à funcionários	57	4
Adiantamento à fornecedores (i)	9.718	5.476
	9.775	5.480
Circulante	57	4
Não circulante	9.718	5.476

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmis-são. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incor-porados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores

31/12/2024 31/12/2023



Ativo de concessão

Saldo inicial	1.266.219	992.786
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	7.119	219.872
Remuneração do ativo de concessão	111.501	94.706
Revisão tarifária periódica (Nota 20)	(10.477)	_
(–) Faturamento	(90.155)	(41.145)
	1.284.207	1.266.219
Circulante	96.278	93.638
Não circulante	1.187.929	1.172.581
10 Fornecedores		
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores relacionados a implementação		
da infraestrutura	129.078	81.749
Materiais e serviços não faturados		37.508

Circulante 105.000 Não circulante (i) Em 9 de outubro de 2024, a Companhia firmou um acordo com o fornecedor Cobra Brasil Serviços e Comunicações, responsável pela construção da linha de transmissão, com o objetivo de resolver de forma definitiva todas as reivindicações relacionadas ao Contrato EPC e, assim, encerrar a arbitragem. As partes concordaram que a Companhia pagará à Cobra o montante total de R\$ 142.539. O pagamento será realizado em seis parcelas anuais, sempre no mês de dezembro, com exceção da primeira parcela, que foi paga em novembro de 2024, no valor de R\$ 22.539. A segunda parcela, no valor de R\$ 15.000, será paga em dezembro de 2025. O saldo remanescente de R\$ 105.000, classificado como não circulante, será pago em parcelas anuais da seguinte forma: R\$ 20.000, R\$ 25.000, R\$ 25.000 e R\$ 35.000, todas ajustadas pelo IPCA.

Saldo em Captações

nsalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de 15 de agosto de 2023, os encargos financeiros passaram a ser exigíveis integralmente juntamente com as parcelas de

31/12/2023 535.089

a) Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são compostos da seguinte forma:					
Credor	Encargos	Data final	31/12/2024	31/12/2023	
BASA - Banco Amazônia	IPCA + 3,73%	15/06/2044	526.140	535.089	
Emissão de debêntures	IPCA + 7,24%	15/06/2044	187.354	173.189	
			713.494	708.278	
Circulante			19.834	11.554	
Não circulante			693.660	696.724	

Apropriação Atualização do custo Pagamento Amortização Saldo en de juros (41.365) 31/12/2024 526.140 Atualização
monetária
21.058Amortização
de principal
(2.687)Pagamento
de juros
(37.461) do custo de Saldo en 31/12/2023

Saldo em Captações 31/12/2022 e adições 395.678 142.161 31/12/2022 395.678 7.104 142.161 28.115 549.980 28.162 (2.687)(37.461) s em ações, em agosto de 2022, compos real e garantia fidejussória adicional ("Emissão de Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,24% a.a. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida. A Companhia também firmou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o BASA - Banco da Amazônia, na modalidade do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, no valor de R\$536.403 ("Financiamento BASA"). Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros foram exigíveis

www.sterlitepower.com/br/brazil

ontinua 🛨







MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

///Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BASA um fundo de reserva na qual deverá ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo (Saldo Mínimo), a soma de 6 (seis) parcelas vincendas de amortização de principal e encargos do serviço da dívida, cujo preenchimento deverá ser iniciado 6 (seis) meses antes da primeira amortização de principal, 1/6 (um sexto) a cada mês, de modo que esteja formada integralmente, antes da primeira amortização. A partir da formação, o valor do Saldo Mínimo deverá ser equivalente a 6 (seis) vezes a média das 3 (três) últimas parcelas pagas, devendo ser mantida até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do financiamento (Vide Nota 6). Também em garantia ao Financiamento BASA, foi constituído uma Conta Reserva de Pagamento onde é retido o valor equivalente à Parcela Vincenda mensal. Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R\$ 150.000 milhões, referente às Debêntures com validade até julho de 2026. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R\$ 536.403 milhões, referente ao financiamento do BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico financeira do projeto, e de 1,35%, após. Em 18 de julho de 2024 as partes renovaram o CPG por mais 24 meses. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmission Participações S.A. penhorou as ações da Marituba aos credores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xvii) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está entre as disposições que tratam do vencimento não automático da dívida. Contudo, a mesma cláusula prevê que há uma exceção, quando o ICSD apurado for igual ou superior a 1,10 e inferior a 1,30, a Companhia ou sua controladora Two Square Participações S.A. (anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A.) poderão complementar o ICSD por meio de depósito na Conta Reserva Debenturistas até 5 dias contados da data da apuração do ICSD, o qual deverá ser realizado até o dia 7 de abril de 2025. Desta forma, como a obrigação de realizar tal depósito se dá apenas em abril de 2025, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente das obrigações previstas na respectiva escritura. Contudo, a administração da Companhia optou por não realizar tal depósito e solicitará a convocação de uma AGD para obter waiver sobre o tema. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos

	31/12/2024	31/12/2023
2025		11.982
2026	13.847	14.353
2027	16.496	16.544
2028	17.653	18.838
2029	21.029	21.107
2030	22.109	22.204
2031	22.572	22.674
Após 2032	579.954	569.022
Total das obrigações	693.660	696.724
Dortos relacionados		



como segue:

A Companhia possuía operações com partes relacionadas em 31 de dezembro 2023 no montante de R\$ 30 com a empresa Two Square Transmissions Participações S.A., saldo liquidado em 2024.



a) Impostos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	22.247	11.195
Contribuição social diferida	8.009	4.030
IR e CS diferidos ativos	30.256	15.225
Imposto de renda diferido	(60.420)	(56.398)
Contribuição social diferida	(21.751)	(20.303)
IR e CS diferidos passivos	(82.171)	(76.701)
PIS diferido	(21.189)	(21.529)
COFINS diferida	(97.600)	(99.163)
PIS e COFINS diferidos	(118.789)	(120.692)
Tributos passivos	(183.141)	(182.168)
Passivo circulante	(8.906)	(8.925)
Passivo não circulante	(161.798)	(173.243)
(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são r	econhecidos s	ohre a receit

de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Hiribaição ocon	ai aiici iacc
31/12/2024	31/12/2023
(28.491)	(5.960)
34%	34%
9.687	2.026
3.925	_
(6.049)	_
1.623	_
_	(6.109)
(293)	
8.893	(4.083)
8.893	(4.083)
(31,21)%	68%
idos ativos são	decorrentes
	31/12/2024 (28.491) 34% 9.687 3.925 (6.049) 1.623 (293) 8.893 8.893 (31,21)%

das diferencas temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão sel excluídas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

Albertanes	31/12/2023	no resultado	Outros movimentos	31/12/2024
Ativo/passivo Imposto de renda	(45.203)	6.422	608	(38.173)
Contribuição social Não circulante	(16.273) (61.476)	2.471 8.893	60 668	(13.742) (51.915)
		31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo Imposto de renda Contribuição social Não circulante		(42.201) (15.192) (57.393)	(3.002) (1.081) (4.083)	(45.203) (16.273) (61.476)

Patrimônio líquido

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, dividida em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. O capital social subscrito e integralizado da Compa nhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$239.143 dividido em 239.143.400 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) <u>neservas u</u>	С	lucios
Reserva legal	(i)

	Reserva de retenção de lucros (II)	75.088	94.686
	Saldo de lucros acumulados	80.676	100.274
	(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano,	limitada a 20°	% do capital
)	social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de luc	ros correspon	de a parcela
•	de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e	ao dividendo r	nínimo obri-
	gatório. A administração propõe a constituição de reserva	de retenção d	e lucros nos
l	termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral d	os acionistas d	deverá apro-
,	var ou não a manutenção dessa reserva. c) Dividence	los mínimos o	obrigatórios:
,	O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínim	o obrigatório e	quivalente a
	40/ de luggo l'entido de exemplois sinotede male como	ituição do ro	acriio logal



Contingências

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso,

Para o exercício de 2024 e 2023 não foram distribuídos dividendos.

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	_	_
Adição/(reversão)	1	16.599
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	16.599
Adição (i)	34	7.136
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34	23.735
(i) As adições de contingências estão relacion-	adas em sua maioria a proce	ssos fun-

diários que tiveram o processo de perícia definitivo ou por atualização do valor envolvido no processo. Em 31 de dezembro de 2024, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a ações de constituição de servidão e processos fundiários.



Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	7.119	219.872
Receita de remuneração do ativo de concessão	111.501	94.706
Total da receita bruta	118.620	314.578
PIS e COFINS sobre a receita	(7.409)	(32.664)
Encargos setoriais	(1.069)	(368)
Receita operacional líquida	110.142	281.546



Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(29.506)	(111)
Pessoal	(1)	(13.253)
Máquinas e equipamentos	(696)	(78.906)
Gastos ambientais	· <u>-</u>	(65)
Servidão	(7.922)	(22.147)
Edificação	(3.237)	(87.105)
Capitalização de juros	_	(33.141)
Outros		3.205
	(41.362)	(231.523)

Os custos de 2024 e 2023 são referentes ao final da construção do projeto e os

Custo de operação e manutenção

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(504)	(242)
Serviços de terceiros	(3.323)	(2.042)
Outros		(19)
	(3.827)	(2.303)



Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(10.829)	(13.233)
Serviços de terceiros	(1.696)	(1.190)
Material	(11)	_
Aluguéis	(98)	(168)
Tributos	(22)	(75)
Seguros	(2.045)	(1.255)
Baixa de títulos incobráveis	(653)	_
Outros	(430)	(7.680)
	(15.784)	(23.601)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialme despesas compartilhadas de pessoal e amortização das despesas antecipadas de



Outras receitas e despesas

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas (CDE) (i)	5.317	1.78
Revisão tarifária periódica (ii) (Nota 9)	(10.477)	
	(5.160)	1.78

(i) Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE. (ii) Efeito da revisão da RAP - Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP - Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.348 de 16 de julho de 2024.

Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.273	3.821
Outras receitas	8	_
	6.281	3.821
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária	(63.160)	(24.850)
Despesas bancárias	(187)	(48)
PIS e COFINS sobre rendimentos financeiros	(257)	(108)
Comissões e taxas	(15.035)	(9.574)
Multas	(96)	(1.072)
IOF	`(1)	(2)
Outros	(45)	(27)
	(78.781)	(35.681)
	(72.500)	(31.860)



31/12/2023

Seguros

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor rixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

					Valor
Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado
	Perfomance	Swiss RE			
Performance Bo	ond Bond	Corporate	15/08/2024	15/05/2025	R\$28.025
		Chubb			
Construção	Risco Civil	Seguradora	04/07/2023	04/07/2025	R\$60.000
	Risco de	Fator			
Construção(a)	Engenharia	Seguradora	21/05/2023	30/06/2025	R\$736.794
	Risco de	Fator			
Construção(a)	Engenharia	Seguradora	23/05/2022	21/03/2025	R\$ 675.990
		Tokio			
Construção	Risco Civil	MArine	04/07/2024	04/07/2025	R\$ 567.296
a) Os seguros	contratados para	cobrir risco	de engenha	ria não serã	o renovados,



Instrumentos financeiros

pois a obra já está concluída

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de cestratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e li-quidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção mo-netária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Bancos		16.166	5.130
Concessionárias e permissionárias		9.897	10.697
Ativos mensurados a valor justo por meio			
do resultado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	2	4.926	80.261
Caixa restrito	2	30.681	_
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	713.494	708.278
Fornecedores		129.078	119.257
Os valores contábeis dos instrumentos financeiro	os ativ	os e nassi	vos quando

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com subjetiva. Os instrumentos financeiros da Compannia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 - Mensuração do valor justo e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. 23.2. Gestão do capital: A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade da operação. 23.3. Gestão de rísco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) <u>Riscos de taxa de juros</u>: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Análise de sensibilidade: O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade oram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024. A analise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2024, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projecões de cada indexador.

Risco de aumento Risco de redução Cenário II Posição em 31/12/2024 Indexador Cenário provável (-50%) (-25%)(50%) (25%)10,87% 5,44% 8,15% 16,31% 13,59% CDI 803 5.003 669 4.169 **Passivos IPCA** 5,08% + taxas fixas do contrato 5,28% 34.411 15,85% 13,21% Empréstimos e financiamentos 713.494 68.821 51.616 103.232 86.027

b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão à RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade

www.sterlitepower.com/br/brazil

ontinua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site

Eduardo Ferreira Ribeiro de Lima





MARITUBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A CNPJ/ME nº 31.096.307/0001-61

///Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

DIRETORIA

Hamilton Corrêa Barbosa

Ítalo Augusto Vasconcelos David

CONTADORA

Renilda Pereira Costa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Marituba Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP: **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Marituba Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformida de com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia não atingiu determinado covenant financeiro previsto na Escritura de Emissão das Debêntures e decidiu não complementar a Conta Reserva Debenturistas, conforme faculta a mesma Escritura, estando em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) para obter waiver pelo não cumprimento do referido covenant e não complementação da Conta Reserva Debenturistas no prazo exigido. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Compa-nhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal as-sunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresen-tado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumpri-mos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condu-ção de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Com-panhia. <u>Mensuração do ativo contratual</u>: Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, seque existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divul-gado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.284.207 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício

de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financior embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo en-volvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e en-tendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em mo-delagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações or atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Res**ponsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a direto-ria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma ga-rantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacio-nais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma pers-pectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas refe-ridas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além dissos • Identifica-mos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas con-tábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequa-ção do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respec tivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulga-ção pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 3 de abril de 2025.



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O Francisco F. A. Noronha Andrade Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

